

GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E RISCOS NOS FUNDOS DE PENSÃO



PREVIC: Guia de Governança

10 A governança está diretamente relacionada com a gestão das EFPC, que compreende a prestação de contas de seus dirigentes e a conformidade legal dos atos praticados, que são verificados por processo de supervisão realizado pela Previc.

PREVIC: Guia de Governança

40

O exercício da atividade de conselheiro ou de dirigente deve ser feito em prol dos planos de benefícios e da EFPC, jamais em benefício próprio ou de terceiros. Conselheiros e dirigentes, independentemente de indicação ou eleição, depois de empossados nos respectivos cargos, passam a representar a entidade e os planos de benefícios. Esses requisitos se aplicam, ainda, aos membros dos comitês constituídos e destinados a realizar a gestão específica dos planos de benefícios.

PREVIC: Guia de Governança

33

Os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal devem cumprir seus respectivos deveres fiduciários.

PREVIC: Guia de Governança

DEVER FIDUCIÁRIO

- 47** Todos os dirigentes, procuradores com poderes de gestão e membros de conselhos estatutários responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às EFPC.

PREVIC: Guia de Governança

50

Os conselheiros e dirigentes devem proteger os direitos e interesses da EFPC e de seus participantes, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens.

GOVERNANÇA

RES/CGPC 13/2004

Art. 2º Compete à diretoria-executiva, ao conselho deliberativo, ao conselho fiscal e demais órgãos de governança eventualmente existentes o **desenvolvimento de uma cultura interna que enfatize e demonstre a importância dos controles internos a todos os níveis hierárquicos.**

Art. 3º Os conselheiros, **diretores e empregados das EFPC devem manter e promover conduta permanentemente pautada por elevados padrões éticos e de integridade,** orientando-se pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios que operam e **impedindo a utilização da entidade fechada de previdência complementar em prol de interesses conflitantes com o alcance de seus objetivos.**

GOVERNANÇA

RES/CGPC 13/2004

Art. 4º É imprescindível a competência técnica e gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades.

GOVERNANÇA

RES/CGPC 13/2004

Art. 7º A estrutura organizacional deve **permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão** e adequado nível de supervisão.

Art. **9º Políticas e procedimentos apropriados devem ser concebidos e implementados, no âmbito de suas competências**, pelo conselho deliberativo e pela diretoria-executiva nos diversos processos da EFPC, **de modo a se estabelecer adequada estrutura de controles** e se garantir o alcance de seus objetivos.

GOVERNANÇA – RES/CGPC 13/2004

Art.8º Cabe aos órgãos estatutários, no âmbito de suas competências, zelar pela adequação e aderência da política de investimentos, das premissas e das hipóteses atuariais dos planos de benefícios, especialmente diante de fatores supervenientes.

GOVERNANÇA-RES/CGPC 13/2004

Art.18, § 2º Os órgãos de governança e gestão da EFPC devem zelar permanentemente pela exatidão e consistência das informações cadastrais.

PREVIC: Guia de Governança

39

Os seguintes princípios das boas práticas de governança devem ser observados:

- ✓ **Transparência:** a Diretoria Executiva deve disponibilizar informações que sejam de interesse dos participantes, assistidos e dos patrocinadores, principalmente as relacionadas aos processos de escolha de serviços de terceiros, gestão de riscos e outras que permitam aferir o grau de participação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal no monitoramento da EFPC;
- ✓ **Prestação de Contas:** os dirigentes da EFPC devem prestar contas formalmente sobre sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões;
- ✓ **Responsabilidade Corporativa:** os dirigentes das EFPC devem incorporar em suas decisões considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e operações

PREVIC: Guia de Governança

41

Os dirigentes devem estabelecer procedimentos e regras claras, que permitam o monitoramento da conduta dos integrantes dos órgãos estatutários e de sua equipe, incluindo, também, terceiros com os quais sejam mantidas relações de qualquer natureza.

GOVERNANÇA

DIRETORIA EXECUTIVA (DIREX):

GUIA PREVIC-MELHORES PRÁTICAS EM FUNDOS DE PENSÃO

“A Diretoria Executiva deve exercer suas atribuições em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo. A comunicação a conselheiros, patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos está entre as suas principais atribuições, destacando-se que as informações devem ser prestadas de forma regular e imediata. A transparência da gestão agrega valor ao trabalho realizado e tem impacto positivo nos resultados dos planos de benefícios.”

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES

Lei Complementar 109/2001.

Art. 63. Os administradores da entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, **por ação ou omissão**, à entidades de previdência complementar.

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Orientar e determinar as ações de gestão da Entidade, através da fixação de regras, missão, objetivos e metas

CONSELHO
DELIBERATIVO

CONSELHO FISCAL

Fiscalizar se as ações e metas das Entidade estão em sintonia com as regras fixadas pelo Conselho Deliberativo além de acompanhar e monitorar o controle das ações executadas pela Entidade em relação aos propósitos, objetivos e metas fixados.

DIRETORIA
EXECUTIVA

Colocar em prática as ações determinadas considerando as recomendações e alertas do Conselho Fiscal para uma melhor gestão.

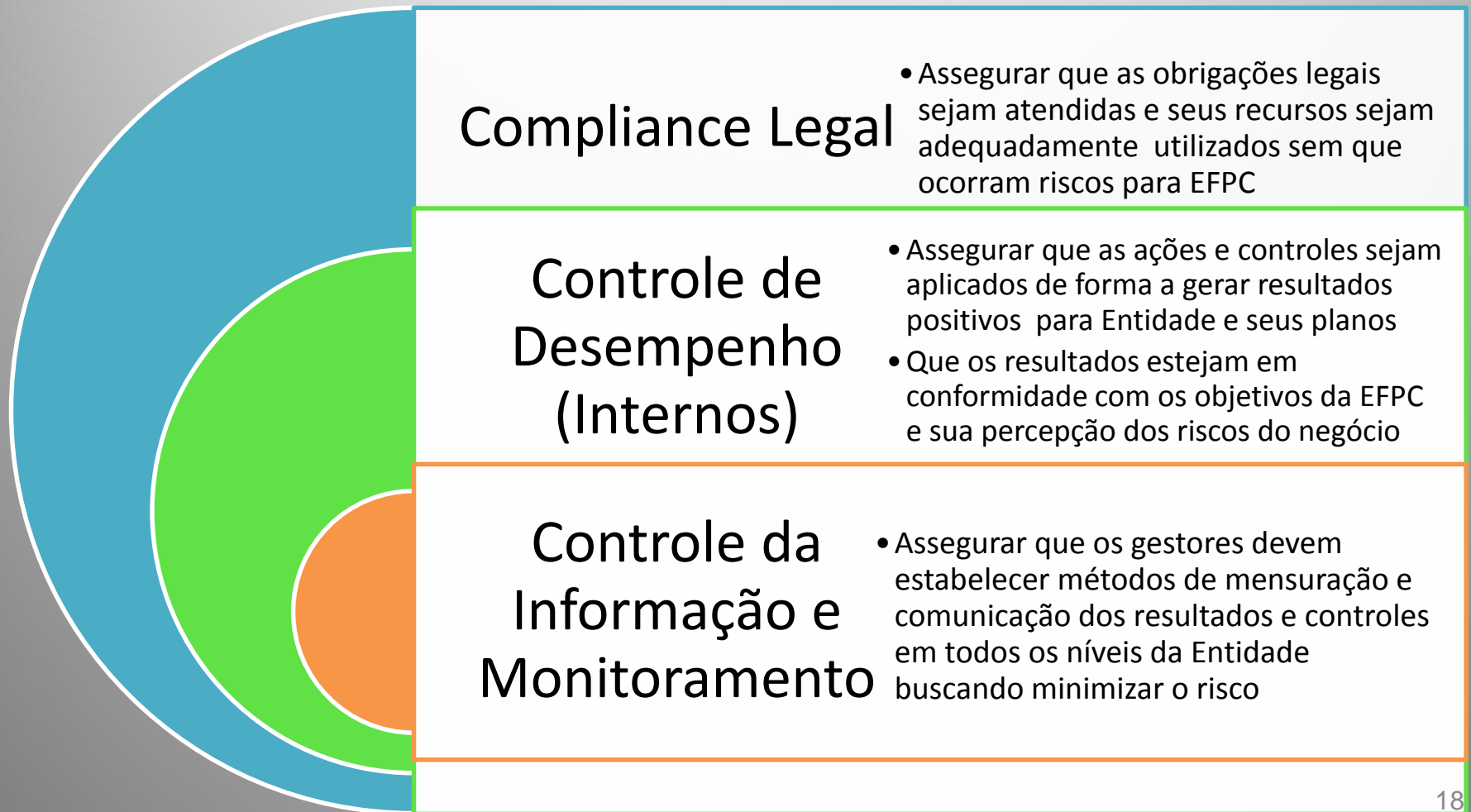
A GOVERNANÇA DE EFPC

ENGLOBA:

Princípios de Governança
Stakeholders (colaboradores/gestores) de Governança
Escopo de Governança



ATRIBUIÇÕES DA GOVERNANÇA



COMPLIANCE LEGAL E GERENCIAL

COMPLIANCE, CUMPRIMENTO DE:

REGRAS E PARÂMETROS PARA DEFINIÇÕES DE CONTROLES

NORMAS PARA GESTÃO

LEGISLAÇÃO APLICADA

NORMATIVOS INTERNOS

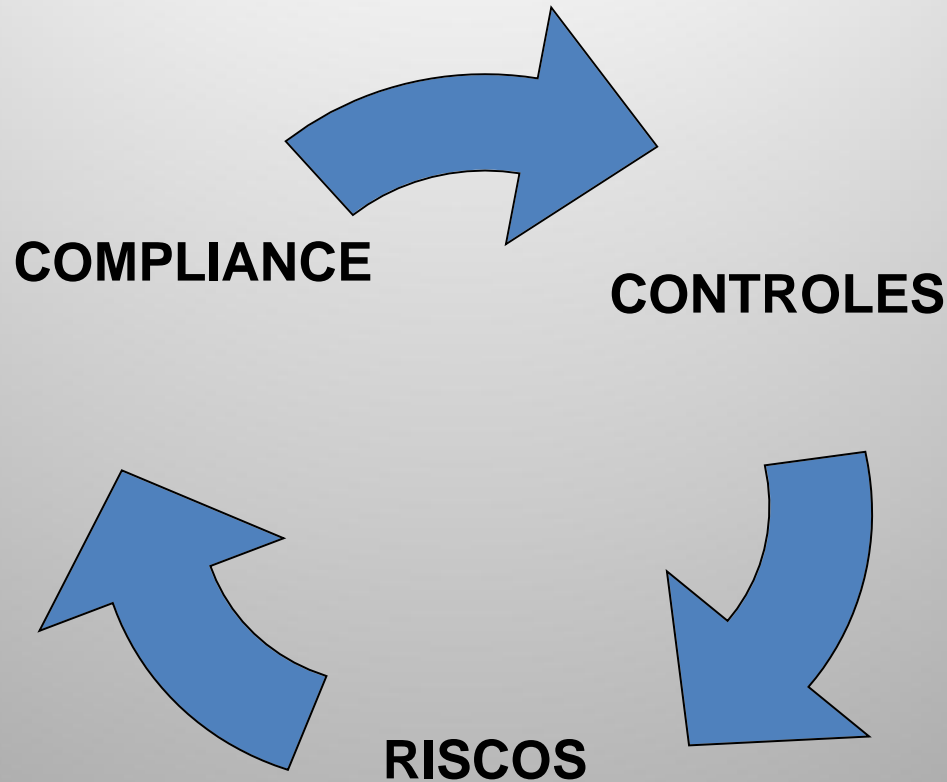


COMPLIANCE

COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS:

- Verificação do cumprimento de regras: legislações e normativos internos.
- Adequabilidade e Aderência dos Controles operacionais e de monitoramento dos riscos das atividades: Preventivos, Detectivos e Corretivos.
- Matriz de Riscos x Controles: aderência dos controles ao riscos.
- Matriz de Compliance: obrigações, prazos e agentes envolvidos.
- Sistematização dos processos decisórios: atuariais, investimentos e administrativos.

COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS



- **RISCO - CONTROLE = EXPOSIÇÃO**

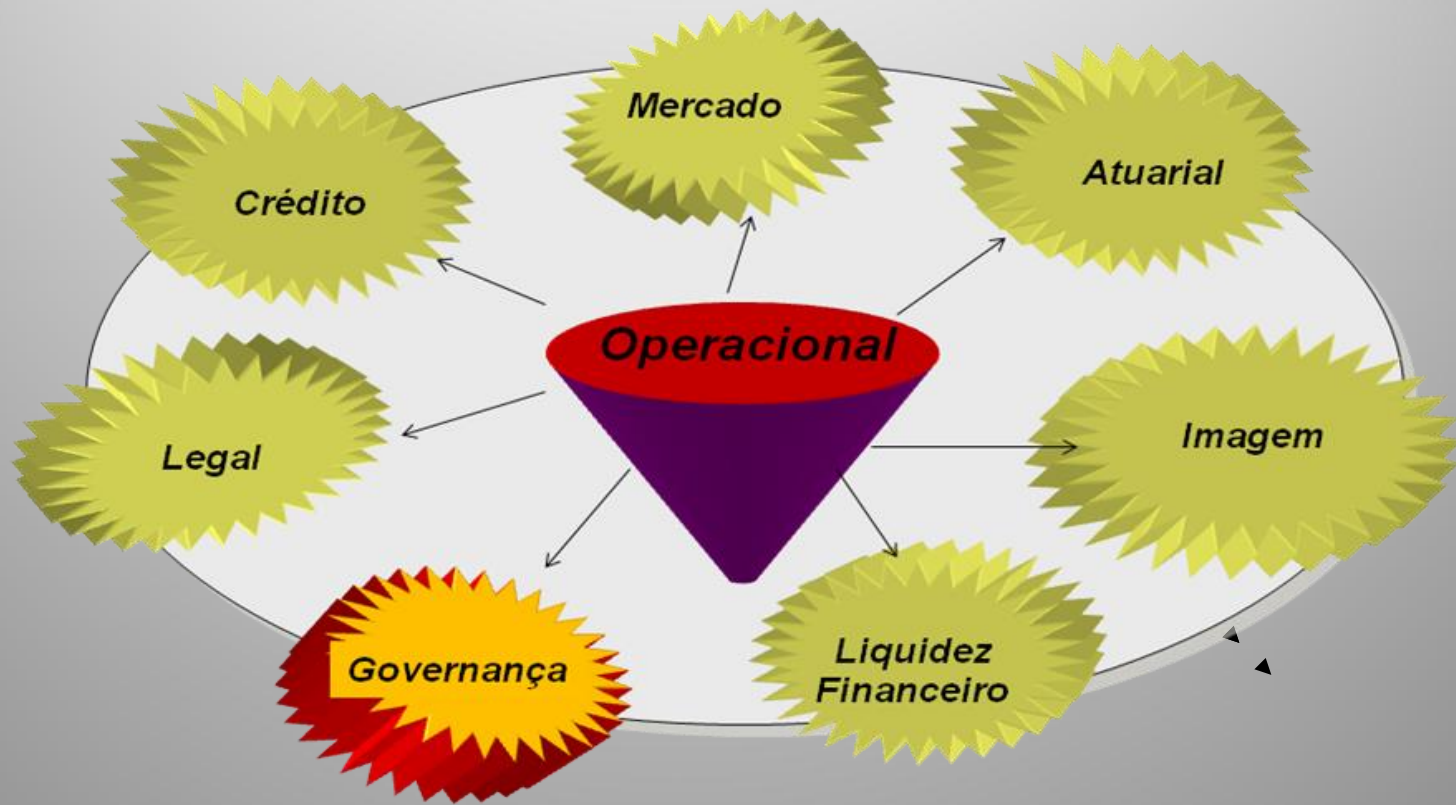


Risco, uma reflexão . . .



RISCOS

RISCOS EM EFPC



RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GERENCIAMENTO DO RISCO (CONTROLES INTERNOS)

**Avaliação do
Risco**

**Controles
Internos**

**Identificação
De
risco**

**Análise do
Risco**

Planejamento

Monitoramento

Controle Interno

FUNÇÃO

SBR

Controle preventivo: é o projetado com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades.



Exemplo:

Fechar porta do carro



Controle Interno

FUNÇÃO



Controle Detectivo: é o projetado para detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento em que eles ocorrem, permitindo a adoção de medidas tempestivas de correção.

Exemplo: ▲
Atender ao alarme do carro.

Controle Interno

FUNÇÃO



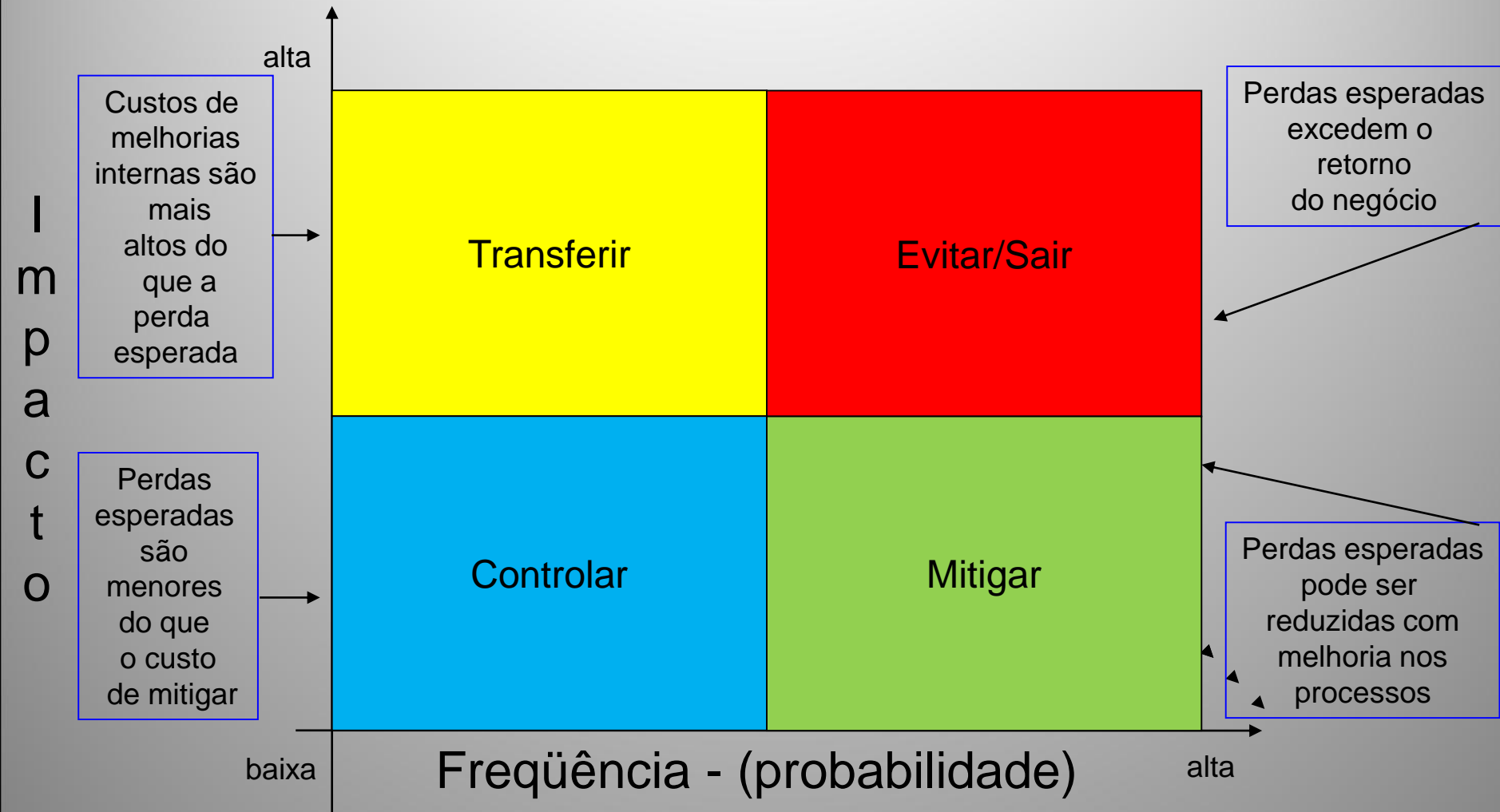
Controle Corretivo: é o projetado para detectar erros, desperdícios ou irregularidades, depois que já tenham acontecidos, permitindo a adoção posterior de ação corretivas.

Ex: Depois do fato (roubo do carro), medidas de seguranças serão providenciadas como: instalação de alarmes, seguro, radar e etc.



Matriz de Avaliação de Risco

Estratégia de resposta ao risco



Fonte: Borgerth (2007)

FISCALIZAÇÃO

PREVIC- Supervisão Baseada em Risco (SBR):

Abril de 2009 – o CGPC (Conselho de Gestão da Previdência Complementar) recomendou a PREVIC a adoção de metodologia de **SBR** com o objetivo de supervisionar as EFPC e os Planos de Benefícios por elas administrados, inclusive plano anual de fiscalização compreendendo:

1

- A identificação do risco

2

- A avaliação do risco

3

- O Controle

4

- O monitoramento da exposição a riscos que possa comprometer a realização dos objetivos da EFPC e de cada Plano de Benefícios

FISCALIZAÇÃO

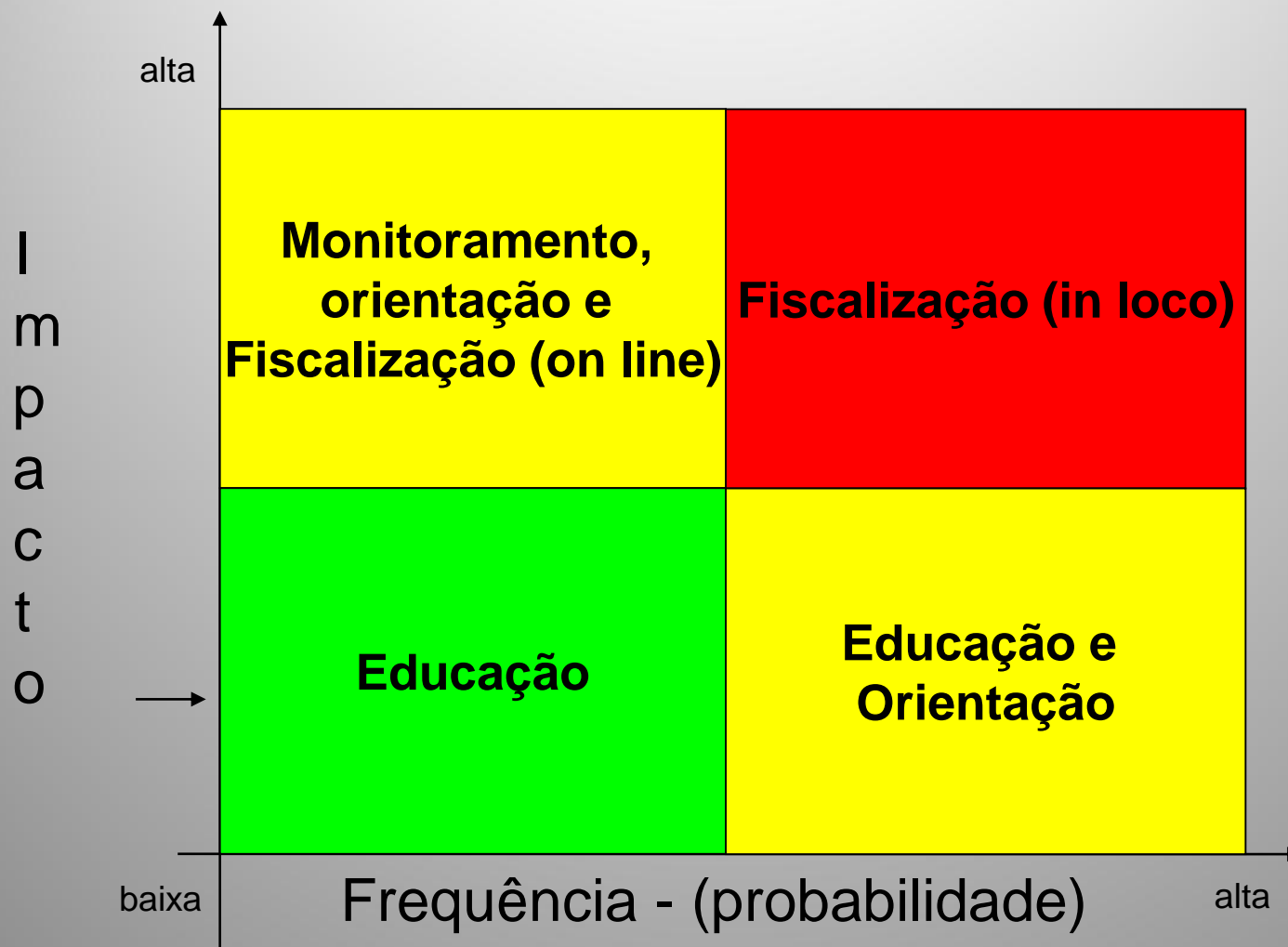
PREVIC:

SUPERVISÃO BASEADA EM RISCO (SBR).

A fiscalização da PREVIC vem adotando o modelo da SBR, onde ela pontua em um ranking as EFPC, com base nessa pontuação de risco de cada Entidade, adota dois modelos de fiscalização:

- ***On Line:*** onde faz captura de informações por meio de sistemas integrados e dados fornecidos pela EFPC, oficiando a Entidade quando verifica algum tipo de procedimento não adequado e/ou irregular.
- ***In Loco:*** Fiscalização feita diretamente na EFPC por equipe de fiscais vinculados aos Escritórios Regionais, modelo mais abrangente, com geração de Relatório com determinações e prazos para regularização ou aplicação de auto de infração.

Matriz de Avaliação de Risco - PREVIC



FISCALIZAÇÃO

PREVIC:

Decreto nº 4.942/2003.

Com base no resultado da Fiscalização serão aplicadas as seguintes sanções (art.22):

- I – **advertência**;
- II – **suspensão** do exercício de atividades em EFPC pelo prazo de até 180 dias;
- III – **inabilitação** pelo prazo de 2 a 10 anos, para exercício de cargo ou função em EFPC, sociedades seguradoras, instituições financeiras e serviço público ; e
- IV – **multas** (valores atualizados periodicamente).

FISCALIZAÇÃO

PREVIC:

Decreto nº 4.942/2003.

As penalidades do art.22 serão aplicadas levando em consideração as seguintes circunstâncias (art.23):

- I – **atenuante** : inexistência de prejuízo ou dolo, regularização do ato sujeito a infração, adoção de medidas reparadoras e preventivas;
- II – **agravante**: reincidência ou contumácia, cometimento da infração para obtenção de vantagens própria, não adoção de medidas ou providências para evitar ou reparar o ato lesivo (omissão) .

FISCALIZAÇÃO

PREVIC:

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC).

IN/PREVIC nº 03, de 29/06/2010.

- **Adequação de condutas à legislação ou normativos.**

- TAC constitui título executivo extrajudicial.

- Celebração com Pessoas Físicas e Jurídicas.

- **TAC será celebrado na seguintes situações:**

- a) quando não houver prejuízo para EFPC ou plano, ou em caso de ressarcimento integral de prejuízo ou dano.

- b) correção da irregularidade sem danos a EFPC ou plano.

- c) não tiver sido celebrado TAC nos últimos 5 anos com os mesmos agentes.

FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL (CONFIS):

Resolução do CGPC 13/2004 (Relatório de Controles Internos).

Art.19 – Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatório de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

- I- as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
- II – as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- III- análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL (CONFIS):

Resolução do CGPC 29/2009 (Custeio Administrativo).

Art.12. Caberá ao Conselho Fiscal da EFPC o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004. (Relatórios de Controles Internos Semestrais)

FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL (CONFIS):

Relatório de Controles Internos.

•Periodicidade: Semestral 1º semestre (Jan>Jun); 2º semestre (Jul>Dez)

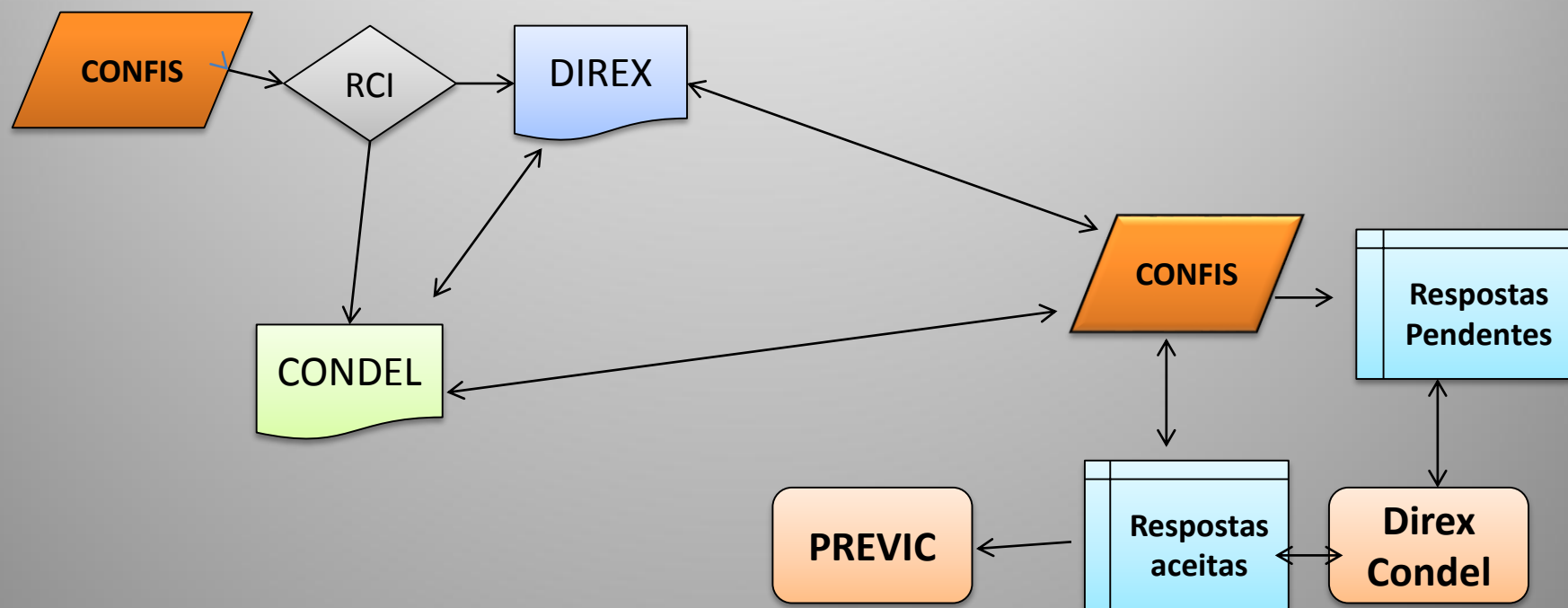
•Pontos de Verificação:


- a) Política de Investimentos dos planos(aderência a RES/CMN 3.792/09), enquadramentos, rentabilidades, riscos, custos e procedimentos da gestão e etc.
- b) Atuarial: aderência das premissas e hipóteses dos planos(biométricas, econômicas, composição familiar, população, resultado econômico e patrimonial, cobertura patrimonial, fluxo de capitalização e etc.)
- c) Execução Orçamentária: Gestão Previdencial dos planos de benefícios , Gestão dos Investimentos e Gestão Administrativa(PGA).
- d) Plano de Gestão Administrativa(PGA): Limites de transferência de recursos para o custeio administrativo, evolução das despesas administrativas, indicadores da gestão administrativa.

FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL (CONFIS): Relatório de Controles Internos (RCI).

•Ciclo do RCI:





Dionisio Jorge da Silva
Consultorys@uol.com.br
www.consultorys.com.br
18 anos